

Pesquisas qualitativas que contribuem para o controle da administração pública

Tasso Jardel Vilande

Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI, Santa Catarina), Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Grupo de Estratégia em Serviços, Inovação e Conhecimento (GESICON). Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI, Santa Catarina). Especialista em Licitações e Contratos Públicos Municipais (UNIPÚBLICA, Paraná). Especialista em Processo Legislativo Municipal (UNIPÚBLICA, Paraná). Pós-graduando em contabilidade pública municipal (UNIPÚBLICA, Paraná). Graduação em Direito pela (UNIVALI, Santa Catarina). Professor de Direito no Curso de Graduação de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE, SC). Controlador interno da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras (Santa Catarina). *E-mail:* vilandetasso@gmail.com.

Cláudio Reis Gonçalo

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC, Santa Catarina, Brasil). Líder Grupo de Pesquisa CNPq Grupo de Estratégia em Serviços, Inovação e Conhecimento (GESICON). Doutorado Sanduíche na Monash University/Melbourne/Austrália. Mestre em Administração (UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil). Graduado em Engenharia Elétrica (PUC-RS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI, Santa Catarina). *E-mail:* claudioreisgoncalo@gmail.com.

Resumo: O objetivo desta pesquisa é descrever estudos qualitativos em publicações de alto impacto que contribuem para o controle na administração pública. Para isso, é realizada uma contextualização das revistas, seguida pela apresentação das contribuições das pesquisas por meio do agrupamento dos artigos e análise das metodologias adotadas. A metodologia é descritiva, baseada na análise de artigos publicados entre 2017 e 2022, com um H-Index médio de 73. Os artigos são agrupados de acordo com suas áreas de contribuição. Observa-se um maior número de estudos aplicados, exploratórios e transversais, com poucas mudanças significativas nos procedimentos de pesquisa. Destaca-se a importância da triangulação com dados governamentais. Este trabalho visa analisar pesquisas qualitativas de alto impacto no campo do controle na administração pública, com o objetivo de contribuir para o avanço do controle nesse contexto, enfatizando suas contribuições científicas e metodologias.

Palavras-chave: Controle. Administração pública. Pesquisas qualitativas.

Sumário: 1 Introdução – 2 Contexto das pesquisas – 2.1 Revistas analisadas – 2.2 Da seleção dos artigos – 2.3 Distribuição dos artigos por grupos – 2.4 Contribuições das pesquisas analisadas – 2.4.1 Fraudes, corrupção e crime de “colarinho branco” – 2.4.2 Democracia e bem comum e política – 2.4.3 Transparência, controle, auditoria e denúncias 3 Contexto das metodologias – 3.1 Metodologias de pesquisa – 3.2 Procedimentos de pesquisa – 4 Análise das metodologias – 5 Conclusão – Referências

1 Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar pesquisas qualitativas que contribuem para a área de controle na administração pública. O controle é de grande importância, conforme a teoria da agência (JENSEN; MECKLING, 1976). Segundo a teoria da agência aplicada ao setor público (NISKANEN, 1971), o agente em questão é o gestor público, cujas ações podem estar alinhadas ou contrárias ao interesse público. O estabelecimento de um controle estratégico, além de melhorar a gestão pública em prol do interesse coletivo, também reduz as oportunidades (CRESSEY, 1953) de ocorrência de fraudes no âmbito administrativo (Rustiarini et al., 2019), com sua eficácia sendo especialmente relevante quando apoiada por sistemas tecnológicos (YUSUF, NAWAWI; SALIN, 2020).

Os poderes na administração pública precisam ser separados como forma de proteção das liberdades individuais, contando com um sistema de freios e contrapesos (MADISON, 1787). Além da separação e controle entre os Poderes, é necessário que haja um controle interno realizado pelo próprio poder, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre os poderes e prevenir possíveis desvios de conduta (MONTESQUIEU, 2001). Os autores sugerem teorias fundamentais que podem ser utilizadas de forma interdisciplinar para embasar os artigos que contribuem para o controle no poder público.

Quadro 1 - Teorias de base para o controle

Teorias	Base teórica
Teorias da Fraude (Triângulo da fraude e derivadas)	(CRESSEY, 1953)
Teoria da agência aplicada à administração pública	(JENSEN; MECKLING, 1976); (NISKANEN, 1971).
Teoria da separação dos Poderes	(MONTESQUIEU, 2001); (MADISON, 1787).

Fonte: Elaboração dos autores.

A pesquisa analisa estudos qualitativos que contribuem para um melhor controle na administração pública, abrangendo diversas vertentes. Foram identificadas as seguintes categorias: 1) pesquisas que investigam fraudes, corrupção e crimes de “colarinho branco”; 2) pesquisas que analisam o contexto da gestão pública; 3) pesquisas que abordam os órgãos e agentes de controle. O objetivo da investigação é responder à seguinte pergunta: como são apresentados os estudos qualitativos de alto impacto que contribuem para aprimorar os controles na administração pública?

Para responder à questão de pesquisa, foi adotada uma metodologia de estudo descritivo por meio da análise dos artigos selecionados. Para a coleta de dados, utilizou-se a análise de conteúdo e uma abordagem qualitativa. A pesquisa foi organizada de forma que, primeiramente, são apresentadas as contribuições das pesquisas selecionadas, classificando-as em grupos. Em seguida, são analisadas as metodologias adotadas pelos artigos categorizados.

Foram analisados artigos publicados em periódicos internacionais de destaque e alto impacto na área, no período de 2017 a 2022. Entre os periódicos incluídos estão: *Administrative Science Quarterly*, *Financial Accountability & Management*, *Global Crime*, *Government Information Quarterly*, *Journal of Financial Crime*, *Policy Studies Journal*, *Public Administration Review* e *Public Management Review*.

2 Contexto das pesquisas

2.1 Revistas analisadas

A seleção dos artigos foi realizada levando em consideração o indicador H-Index das revistas, que é uma medida utilizada para avaliar o impacto de revistas científicas nacionais e internacionais. A análise dos dados levou em consideração as revistas na área de ciências sociais com um H-Index superior a 20. A seguir, é apresentado o demonstrativo de publicações por localização:

Quadro 2 - Revistas na área de ciências sociais – H-Index superior a 20

Country	Nº Revistas	Representatividade
United Kingdom	1435	48%
United States	900	30%
Netherlands	252	8%
Germany	93	3%
Switzerland	49	2%
Spain	28	1%
Canada	27	1%
France	18	1%
Brazil	17	1%
China	15	1%
Outros	152	5%

Fonte: Scimago Journal & Country Rank.

Observa-se que, nas revistas com H-Index superior a 20, há um total de 78% das pesquisas provenientes do Reino Unido e dos Estados Unidos. Além disso, 17 revistas brasileiras possuem um H-Index superior a 20, o que coloca o Brasil entre as 10 primeiras posições. A seguir, são apresentadas as seguintes revistas brasileiras:

Quadro 3 - Revistas Brasileiras na área de ciências sociais – H-Index superior a 20

Revistas brasileiras	H-Index
<i>Estudos Avançados</i>	32
<i>Dados</i>	29
<i>CoDAS</i>	27
<i>Educação e Sociedade</i>	26
<i>Saúde e Sociedade; Interface: Communication, Health, Education; Ambiente e Sociedade</i>	24
<i>Revista de Administração Pública; Opinião Pública; Novos Estudos CEBRAP; Revista de Economia e Sociologia Rural; Brazilian Journal of Political Economy</i>	21
<i>Revista Estudos Feministas; Cadernos de Pesquisa; RAE Revista de Administração de Empresas; Educação e Pesquisa; Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	20

Fonte: Scimago Journal & Country Rank.

No que se refere às categorias “Public Administration” e “Sociology and Political Science”, que possuem maior relação com a área de controle na administração pública, observa-se nas revistas brasileiras um percentual de publicações com H-Index superior a 20 de aproximadamente 12%, conforme apresentado na tabela a seguir:

Quadro 4 - Revistas brasileiras por categorias – H-Index superior a 20

Categorias das revistas brasileiras	Número por categoria	% representação
Cultural Studies	2	5%
Gender Studies	2	5%
Health	2	5%
Public Administration	2	5%
Sociology and Political Science	3	7%
Education	4	10%
Social Sciences	5	12%
Outras	1	51%

Fonte: Scimago Journal & Country Rank.

Das revistas brasileiras com H-Index superior a 20, 1% está inserido na área das ciências sociais, e dentro desse percentual, 12% são voltadas para as áreas que contribuem de forma mais ampla para o campo de controle na administração pública (“Public Administration”; “Sociology and Political Science”). Isso demonstra um campo propício para o fortalecimento de pesquisas nessa área.

2.2 Da seleção dos artigos

Considerando o contexto observado por meio das informações coletadas das revistas com H-Index, o processo de pesquisa envolveu a seleção de artigos e uma análise do período dos últimos cinco anos. Os dados foram coletados por meio da análise direta das revistas com alto H-Index, localizadas utilizando o SCImago Institutions Rankings (SIR), e também nas editoras SAGE Journals, Taylor & Francis Online, Emerald Insight, Wiley Online Library e Oxford Academic, levando em consideração as publicações ocorridas no período de 2017 a 2022.

Foram realizadas buscas utilizando os termos “internal control”, “fraud”, “white-collar crimes”, “corruption” e termos similares, com o intuito de localizar artigos que atendessem aos seguintes critérios: 1) contribuição para a área de controle na administração pública; 2) ano de publicação entre 2017 e 2022 e 3) utilização de métodos qualitativos.

Não foram considerados os seguintes artigos no processo de seleção: 1) artigos quantitativos; 2) aqueles que não estão relacionados ao controle na administração pública; 3) aqueles que não se encaixavam nas seguintes categorias: a) pesquisas que analisam fraudes, corrupção e crimes de colarinho branco; b) pesquisas que analisam o contexto da gestão pública; c) pesquisas que analisam os órgãos e agentes de controle, conforme os seguintes grupos de contribuições:

Quadro 6 - Grupos por contribuição

Grupos	Contribuições
Grupo 1	Fraudes, corrupção e crime de colarinho branco.
Grupo 2	Democracia e bem comum e política.
Grupo 3	Transparência, controle, auditoria e denúncias.

Fonte: Elaboração dos autores.

Dessa forma, foram selecionados 30 artigos de 18 revistas, levando em consideração o indicador H-Index. Entre essas revistas, apenas duas possuem um H-Index inferior ao maior H-Index das revistas na área de “Ciências Sociais” do Brasil (H-32). Das revistas selecionadas, apenas duas não estão categorizadas na

área de “Ciências Sociais”: 1) *Journal of Applied Philosophy*, inserida na área de “Artes e Humanidades”; e 2) *Financial Accountability & Management*, inserida na área de “Negócios, Administração e Contabilidade”. Os artigos selecionados são provenientes das seguintes revistas:

Quadro 5 - Revistas selecionadas – H-Index superior a 20

Journal	H-index	Contry
<i>Administrative Science Quarterly</i>	201	US
<i>Public Administration Review</i>	163	UK
<i>Journal Of Public Administration Research And Theory</i>	129	UK
<i>Journal of European Public Policy</i>	123	UK
<i>Government Information Quarterly</i>	123	UK
<i>British Journal Of Criminology</i>	107	UK
<i>Public Administration</i>	105	UK
<i>Public Management Review</i>	87	UK
<i>Policy Studies Journal</i>	81	UK
<i>International Review Of Administrative Sciences</i>	65	UK
<i>Sage Open</i>	49	US
<i>Financial Accountability & Management</i>	47	US
<i>Social Epistemology</i>	36	UK
<i>Journal of Applied Philosophy</i>	35	US
<i>Employee Responsibilities and Rights Journal</i>	33	US
<i>Global Crime</i>	33	UK
<i>Journal Of Financial Crime</i>	29	UK
<i>Journal Of Public Procurement</i>	20	UK

Fonte: Scimago Journal & Country Rank.

Ressalta-se que os três países com o maior número de artigos analisados são os Estados Unidos, a Noruega e a Indonésia. Isso não significa, contudo, que as demais produções científicas nacionais ou provenientes de outros países não tenham igualmente importância e relevância para o controle na administração pública.

2.3 Distribuição dos artigos por grupos

Pesquisas relacionadas a fraudes, corrupção e crimes de colarinho branco trazem contribuições significativas para uma melhor compreensão das razões por trás desses crimes. Por sua vez, estudos que abordam temas como democracia, bem comum e política contribuem para uma maior compreensão das

transformações na administração pública e das necessidades de atender ao interesse público. Além disso, pesquisas que envolvem transparência, controle, auditoria e denúncias são essenciais para impulsionar o aprimoramento dos setores de controle nos diversos órgãos do poder público.

Quadro 7 - Agrupamento por contribuições

Grupos	Áreas de contribuição	Referências
Grupo 1	Fraudes, Corrupção e Crimes de “Colarinho Branco”	(RUSTIARINI; T.; NURKHOLIS; ANDAYANI, 2019); (MAULIDI; ANSELL, 2020); (YUSUF; NAWAWI; SALIN, 2020); (OELRICH, 2021); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (DÍAZ; MARTINEZ; CALDÉS; CARRANZA, 2022); (MASTERS; GOEDDEKE; GIBNEY; VOLZ, 2022)
Grupo 2	Democracia e Bem Comum e Política	(SCHNEIDER; INGRAM, 2018); (HARTLEY; PARKER; BEASHEL, 2019); (SHEINGATE, 2020); (WINSVOLD; ZEINER; STOKSTAD, 2021); (BOGUE, 2022); (JÖNSSON, 2022); (MENDEZ; PEGAN; TRIGA, 2022); (PAANANEN; PUUSTINEN; RAISIO; JALONEN, 2022); (ERIKSEN, 2022); (PARIMAH; DAVOUR; KWAKYE-NUAKO; KENNETH; ADADE; ADIH, 2021).
Grupo 3	Transparência, Controle, Auditoria e Denúncias	(TAYLOR, 2018); (RADDER, 2017); (VALENTINE, 2017); (ERLICH; BERLINER; PALMER-RUBIN; BAGOZZI, 2021); (SALDANHA; DIAS; GUILLAUMON, 2022); (ALSHAHRANI; DENNEHY; MÄNTYMÄKI, 2022); (BENSON; BURTON, 2018); (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021); (SUMIYANA; HENDRIAN; JAYASINGHE; WIJETHILAKA, 2021); (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022); (ALSHOUBAKI; HARRIS, 2022); (FREY; BERNSTEIN; REKENTHALER, 2022).

Fonte: Elaboração dos autores.

2.4 Contribuições das pesquisas analisadas

2.4.1 Fraudes, corrupção e crime de “colarinho branco”

O primeiro grupo é composto por artigos que abordam temas relacionados ao cometimento de fraudes, corrupção e crimes em si.

As pesquisas apontam que existem fatores, como sexo, idade, nível de escolaridade, entre outros, que ampliam o cometimento de fraudes (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022). Tais fraudes cometidas por indivíduos são prejudiciais e

afetam a confiança no sistema. Dessa forma, mecanismos de compliance e outros precisam ser desenvolvidos, e as denúncias são importantes para um melhor controle na administração pública (OELRICH, 2021). Quanto mais fracas as defesas organizacionais, maior a probabilidade de um indivíduo cometer fraude (MAULIDI; ANSELL, 2020). O controle é destacado como sendo importante para o combate às fraudes (YUSUF; NAWAWI; SALIN, 2020). A figura do controle e as atividades de controle são importantes para reduzir fraudes na gestão pública (RUSTIARINI; T.; NURKHOLIS; ANDAYANI, 2019), embora os controles nem sempre sejam suficientes para evitá-las (MAULIDI; ANSELL, 2020).

O comportamento corrupto não pode ser combatido apenas com ações repressivas, e uma grande variedade de medidas é necessária para erradicar as condições que levam à sua ocorrência (MAULIDI; ANSELL, 2020). Nos casos de corrupção, é necessário haver um engajamento contínuo de base e forças políticas internas contrapostas para coibir abusos (MASTERS; GOEDDEKE; GIBNEY; VOLZ, 2022). É preciso fortalecer as políticas anticorrupção por meio de práticas, e também é necessário fortalecer os órgãos independentes de fiscalização (DÍAZ; MARTINEZ; CALDÉS; CARRANZA, 2022). Na visão de Gekoski, Adler, Mcsweney (2022), no contexto do Reino Unido, aqueles que cometem crimes de colarinho branco, por trazer enormes danos à sociedade, devem ser punidos por suas ações.

2.4.2 Democracia e bem comum e política

O segundo grupo é composto por artigos que abordam temas que envolvem democracia, bem comum e política regional. Os artigos desenvolvidos nesse grupo contribuem de diversas formas para o avanço da ciência no controle da administração pública.

Em ambientes complexos, é necessário haver constante mudança e reorganização para os ajustes necessários. O equilíbrio é fundamental, e é preciso reconhecer a complexidade do ambiente em vez de tentar resolvê-la ou simplificá-la (PAANANEN; PUUSTINEN; RAISIO; JALONEN, 2022). Em ambientes conflituosos, a valorização de públicos, por meio da possibilidade de ouvir várias pessoas e visões diversas, agrega valor à esfera pública (HARTLEY; PARKER; BEASHEL, 2019). Os litígios de ordem jurídica causam danos emocionais. É necessário reinventar-se para trazer ambientes que reduzam esses conflitos e ter a consciência de adotar práticas que favoreçam a diminuição do estresse gerado em tais situações (PARIMAH; DAVOUR; KWAKYE-NUAKO; KENNETH; ADADE; ADIH, 2021). É importante prestar atenção à importância do controle em relação às unidades pelas quais ocorrem as delegações de funções, sem ignorar o senso de controle do próprio gestor (WINSVOLD; ZEINER; STOKSTAD, 2021).

Observa-se que a polarização traz efeitos negativos para o atendimento dos objetivos das políticas, trazendo prejuízos para a capacidade institucional de estruturar os processos políticos (SHEINGATE, 2020). Na criação de leis, o legislador possui uma tendência de analisar os efeitos negativos/positivos, podendo, desse modo, haver a rejeição ou a aprovação da norma, considerando a natureza de *feedback* – em vez de considerar, em si só, os efeitos sociais da norma (SCHNEIDER; INGRAM, 2018). Uma parte dos políticos age para endurecer a regulação e outra para fragilizar/diminuir a regulação, tendo em vista entender que existe uma necessidade de intervenção nas corporações (JÖNSSON, 2022). Eriksen (2022) afirma que na União Europeia, dentro do contexto de regulamentação, observa-se que os diferentes modos de comportamento administrativo observados na incorporação da legislação demonstram uma lacuna entre a conformidade legal e real. Dessa forma, em condições de incerteza e complexidade, de politização e conflito, os modos de incorporação instrumental podem não ser capazes de cumprir o requisito de segurança.

Nesse ambiente complexo da administração pública, é necessário conceder aos cidadãos uma palavra real sobre a tomada de decisões, melhorar radicalmente a comunicação e o envolvimento público em todas as etapas da política e, assim, contribuir para um sistema democrático mais valorizado, inclusivo e sustentável (MENDEZ; PEGAN; TRIGA, 2022). Embora a privacidade seja útil para o Estado Democrático de Direito, deve ser usada na medida correta para possibilitar maior participação da população, engajamento e contribuição da população para o controle (BOGUE, 2022).

2.4.3 Transparência, controle, auditoria e denúncias

O terceiro grupo é composto por artigos que abordam temas que envolvem transparência, controle, auditoria e denúncias. Os artigos desenvolvidos nesse grupo contribuem de diversas formas para o avanço da ciência no controle na administração pública.

O conhecimento necessita ser transmitido de forma a possibilitar a aprendizagem, o que requer especialização e sincronização das atividades de forma coordenada (VALENTINE, 2017). Uma especial atenção na inteligência artificial poderá acelerar a assimilação bem-sucedida do conhecimento no setor público (ALSHAHRANI; DENNEHY; MÄNTYMÄKI, 2022). O conhecimento, na medida em que é um bem comum, precisa se tornar público, tendo em vista que a apropriação ou limitação do conhecimento fere o interesse público (RADDER, 2017).

Observa-se que a mídia (fatores de transparência) levados para o lado externo da organização modificam de forma positiva a reação interna. (ERLICH; BERLINER; PALMER-RUBIN; BAGOZZI, 2021). O conhecimento levado para o lado

externo possibilita a avaliação da transparência pública e prestação de contas, que pode se dar nas seguintes perspectivas: acessibilidade, conhecimento, acesso e reparação, responsabilidade, explicação, origem dos dados, privacidade e justiça, auditoria, validação, precisão e testes. (SALDANHA; DIAS; GUILLAUMON, 2022).

Antes de assumir papéis de controle e auditoria é necessário que se observe ações estratégicas para evitar possíveis futuros problemas (BENSON; BURTON, 2018). É necessário refletir se dentro das organizações, ou fora da organização, existe influência pelas más condutas identificadas dentro de determinados setores, feitas por determinados servidores (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021). A auditoria é um importante mecanismo para identificação de más condutas e diminuição de fraudes (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022).

Antes de assumir papéis de controle e auditoria, é necessário observar ações estratégicas para evitar possíveis futuros problemas (BENSON; BURTON, 2018). É necessário refletir se há influência pelas más condutas identificadas dentro de determinados setores, feitas por determinados servidores, dentro ou fora das organizações (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021). A auditoria é um importante mecanismo para a identificação de más condutas e a diminuição de fraudes (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022).

A denúncia é importante na administração pública para o fortalecimento do controle, embora os denunciantes tenham medo de represálias (TAYLOR, 2018). É necessário que exista um sistema e regulamentação para a proteção dos denunciadores, tendo em vista a importância das denúncias para o combate à corrupção (ALSHOUBAKI; HARRIS, 2022). No entanto, além da identificação das transgressões, deve-se ter um olhar para a necessidade de reabilitação dessas transgressões. Uma das formas para evitar o novo cometimento de transgressões é por meio de maior publicidade (FREY; BERNSTEIN; REKENTHALER, 2022). O poder da análise de dados, da inteligência artificial da digitalização poderia tornar as oportunidades de prestação de contas e transparência ainda mais poderosas (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022).

Observa-se, portanto, os três grupos diferentes de pesquisas: 1) Fraudes, Corrupção e Crimes de “Colarinho Branco”; 2) Democracia, Bem Comum e Política; 3) Transparência, Controle, Auditoria e Denúncias. Embora com vieses distintos, todas contribuem para o aprimoramento do controle na administração pública. Com isso, é possível identificar que, para um melhor controle nesse contexto, é necessário possuir um amplo conhecimento das diversas áreas e perspectivas teóricas, levando-se em consideração a complexidade do ambiente e a interdisciplinaridade presente.

3 Contexto das metodologias

3.1 Metodologias de pesquisa

Observou-se que as pesquisas analisadas adotam uma abordagem interpretativista, devido à natureza qualitativa dos estudos. Ao analisar as metodologias, as pesquisas foram categorizadas de acordo com os seguintes critérios: 1) Natureza; 2) Objetivo; 3) Forma de estudo; 4) Paradigma Adotado; 5) Procedimentos de Pesquisa. O quadro a seguir apresenta essas categorias:

Quadro 8 - Metodologias das pesquisas analisadas

(continua)

Natureza	Aplicada	(YUSUF; NAWAWI; SALIN, 2020); (DÍAZ; MARTINEZ; CALDÉS; CARRANZA, 2022); (MASTERS; GOEDDEKE; GIBNEY; VOLZ, 2022); (OELRICH, 2021); (MAULIDI; ANSELL, 2020); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (RUSTIARINI; T.; NURKHOLIS; ANDAYANI, 2019); (PAANANEN; PUUSTINEN; RAISIO; JALONEN, 2022); (MENDEZ; PEGAN; TRIGA, 2022); (HARTLEY; PARKER; BEASHEL, 2019); (JÖNSSON, 2022); (TAYLOR, 2018); (ERIKSEN, 2022); (PARIMAH; DAVOUR; KWAKYE-NUAKO; KENNETH; ADADE; ADIH, 2021); (WINSVOLD; ZEINER; STOKSTAD, 2021); (ERLICH; BERLINER; PALMER-RUBIN; BAGOZZI, 2021); (VALENTINE, 2017); (SALDANHA; DIAS; GUILLAUMON, 2022); (ALSHAHRAANI; DENNEHY; MÄNTYMÄKI, 2022); (ALSHOUBAKI; HARRIS, 2022); (FREY; BERNSTEIN; REKENTHALER, 2022); (BENSON; BURTON, 2018).
	Básica	(GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (SCHNEIDER; INGRAM, 2018); (SHEINGATE, 2020); (BOGUE, 2022); (RADDER, 2017); (SUMIYANA; HENDRIAN; JAYASINGHE; WIJETHILAKA, 2021); (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022); (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021).
Objetivo	Exploratório	(GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (SHEINGATE, 2020); (BOGUE, 2022); (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022); (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021); (YUSUF; NAWAWI; SALIN, 2020); (DÍAZ; MARTINEZ; CALDÉS; CARRANZA, 2022); (MASTERS; GOEDDEKE; GIBNEY; VOLZ, 2022); (OELRICH, 2021); (MAULIDI; ANSELL, 2020); (RUSTIARINI; T.; NURKHOLIS; ANDAYANI, 2019); (PAANANEN; PUUSTINEN; RAISIO; JALONEN, 2022); (MENDEZ; PEGAN; TRIGA, 2022); (JÖNSSON, 2022); (PARIMAH; DAVOUR; KWAKYE-NUAKO; KENNETH; ADADE; ADIH, 2021); (SALDANHA; DIAS; GUILLAUMON, 2022); (ALSHAHRAANI; DENNEHY; MÄNTYMÄKI, 2022); (ALSHOUBAKI; HARRIS, 2022); (FREY; BERNSTEIN; REKENTHALER, 2022); (BENSON; BURTON, 2018).

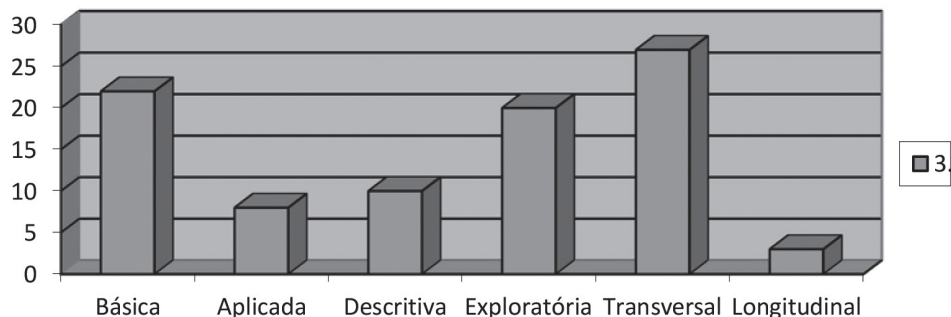
(conclusão)

Objetivo	Descritivo	(SCHNEIDER; INGRAM, 2018); (RADDER, 2017); (SUMIYANA; HENDRIAN; JAYASINGHE; WIJETHILAKA, 2021); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (HARTLEY; PARKER; BEASHEL, 2019); (TAYLOR, 2018); (ERIKSEN, 2022); (WINSVOLD; ZEINER; STOKSTAD, 2021); (ERLICH; BERLINER; PALMER-RUBIN; BAGOZZI, 2021); (VALENTINE, 2017).
Forma de estudo	Logitudinal	(ERLICH; BERLINER; PALMER-RUBIN; BAGOZZI, 2021); (FREY; BERNSTEIN; REKENTHALER, 2022); (SHEINGATE, 2020).
	Transversal	(GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (HARTLEY; PARKER; BEASHEL, 2019); (TAYLOR, 2018); (ERIKSEN, 2022); (WINSVOLD; ZEINER; STOKSTAD, 2021); (VALENTINE, 2017); (SCHNEIDER; INGRAM, 2018); (RADDER, 2017); (SUMIYANA; HENDRIAN; JAYASINGHE; WIJETHILAKA, 2021); (YUSUF; NAWAWI; SALIN, 2020); (DÍAZ; MARTINEZ; CALDÉS; CARRANZA, 2022); (MASTERS; GOEDDEKE; GIBNEY; VOLZ, 2022); (OELRICH, 2021); (MAULIDI; ANSELL, 2020); (RUSTIARINI; T.; NURKHOLIS; ANDAYANI, 2019); (PAANANEN; PUUSTINEN; RAISIO; JALONEN, 2022); (MENDEZ; PEGAN; TRIGA, 2022); (JÖNSSON, 2022); (PARIMAH; DAVOUR; KWAKYE-NUAKO; KENNETH; ADADE; ADIH, 2021); (SALDANHA; DIAS; GUILLAUMON, 2022); (ALSHAHRANI; DENNEHY; MÄNTYMÄKI, 2022); (ALSHOUBAKI; HARRIS, 2022); (BENSON; BURTON, 2018); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (BOGUE, 2022); (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022); (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021).

Fonte: Elaboração dos autores.

No que se refere à natureza da pesquisa, observou-se que 73,33% das pesquisas analisadas são classificadas como aplicadas, enquanto 26,67% são consideradas básicas. Em relação ao objetivo das pesquisas, 66,67% são de natureza exploratória, enquanto 33,33% são descritivas. Quanto à forma de estudo, apenas 3 pesquisas adotaram o estudo longitudinal, representando 10% do total, enquanto as demais (90%) utilizaram o estudo transversal. Essas informações são apresentadas no seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Metodologias das pesquisas analisadas



Fonte: Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico apresentado, constata-se que a maioria das pesquisas analisadas foi classificada como de natureza básica (73,33%), exploratória (66,67%) e transversal (90%). Além disso, todas as pesquisas adotaram o paradigma interpretativista.

3.2 Procedimentos de pesquisa

Para a análise dos procedimentos de pesquisa, as pesquisas foram categorizadas da seguinte forma: 1) Coleta de dados bibliográficos por meio de revisão sistemática da literatura e análise documental; 2) Utilização de dados governamentais; 3) Utilização de entrevistas, incluindo entrevistas semiestruturadas e grupos focais; 4) Estudo de CASO. O gráfico a seguir ilustra a utilização preponderante dos procedimentos nesta distribuição:

Quadro 9 - Procedimentos das pesquisas analisadas

(continua)

Procedimentos	Referências
Coleta de dados bibliográficos por meio da revisão sistemática da literatura e análise documental	(BOGUE, 2022); (FERRY; RADCLIFFE; STECCOLINI, 2022); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (RADDER, 2017); (RUSTIARINI; T.; NURKHOLIS; ANDAYANI, 2019); (ALSHOUBAKI; HARRIS, 2022); (GEKOSKI; ADLER; MCSWEENEY, 2022); (NAUMOVSKA; LAVIE, 2021); (WINSVOLD; ZEINER; STOKSTAD, 2021).
Utilização de dados governamentais	(DÍAZ; MARTINEZ; CALDÉS; CARRANZA, 2022); (ERLICH; BERLINER; PALMER-RUBIN; BAGOZZI, 2021); (JÖNSSON, 2022); (SHEINGATE, 2020).

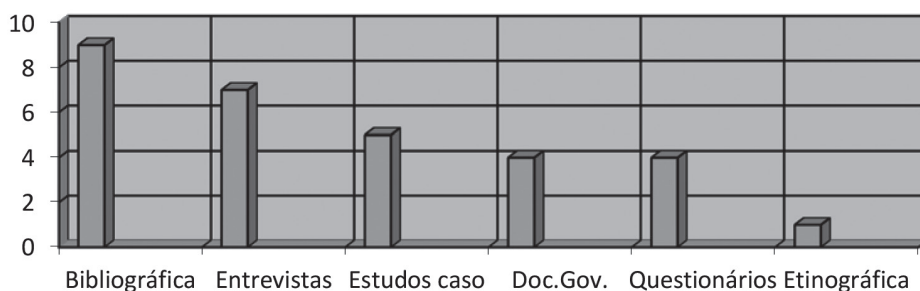
(conclusão)

Pesquisa as entrevistas, o que inclui entrevista semi-estrutura e grupos focais	(MAULIDI; ANSELL, 2020); (HARTLEY; PARKER; BEASHEL, 2019); (SALDANHA; DIAS; GUILLAUMON, 2022); (ALSHAHRANI; DENNEHY; MÄNTYMÄKI, 2022); (SCHNEIDER; INGRAM, 2018); (FREY; BERNSTEIN; REKENTHALER, 2022); (MENDEZ; PEGAN; TRIGA, 2022). (OELRICH, 2021); (PARIMAH; DAVOUR; KWAKYE-NUAKO; KENNETH; ADADE; ADIH, 2021); (YUSUF; NAWAWI; SALIN, 2020); (TAYLOR, 2018).
Estudo de caso	(PAANANEN; PUUSTINEN; RAISIO; JALONEN, 2022); (BENSON; BURTON, 2018); (MASTERS; GOEDEKE; GIBNEY; VOLZ, 2022); (ERIKSEN, 2022); (SUMIYANA; HENDRIAN; JAYASINGHE; WIJETHILAKA, 2021);(VALENTINE, 2017).

Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto aos procedimentos de pesquisa adotados, observa-se que a maioria dos artigos analisados utiliza o procedimento de coleta de dados bibliográficos, por meio da revisão sistemática da literatura e análise documental, representando 30% do total. Além disso, cerca de 13,33% dos artigos utilizam predominantemente dados governamentais como fonte de informação. Em relação às abordagens qualitativas, 23,33% dos estudos optaram por entrevistas, incluindo entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Por fim, aproximadamente 16,67% das pesquisas adotam o estudo de casos como procedimento de pesquisa, totalizando oito estudos de caso. Esses resultados estão representados no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Procedimentos de pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores.

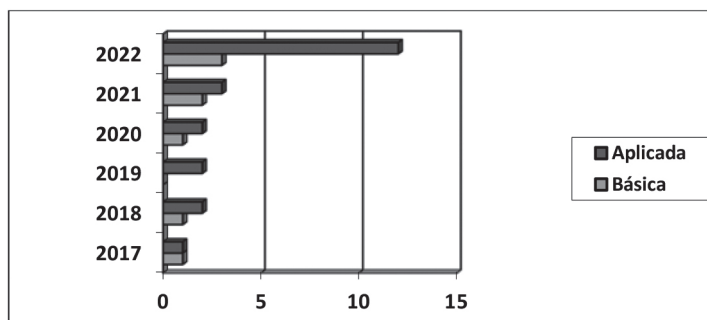
Dessa forma, de acordo com o Gráfico 2, a maioria das pesquisas analisadas adotou procedimentos predominantes de revisão bibliográfica, entrevistas e estudos de caso. É importante ressaltar a relevância da triangulação nessas pesquisas, pois essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente da realidade relacionada ao controle na administração pública. A triangulação envolve a utilização de múltiplas fontes de dados e métodos de pesquisa, o que permite a obtenção de diferentes perspectivas e a comparação de informações. Essa abordagem contribui para minimizar a influência de vieses decorrentes de uma única perspectiva de análise, conforme destacado por Santos *et al.* (2020).

Sugere-se que a triangulação seja especialmente relevante em pesquisas na área da administração pública, incluindo a incorporação de dados governamentais provenientes de ferramentas de transparência pública. Essa abordagem permite combinar diferentes fontes de informação, como dados bibliográficos, entrevistas e estudos de caso, juntamente com informações oficiais disponibilizadas pelos órgãos governamentais. A inclusão de dados governamentais fortalece a validade dos resultados, contribuindo para uma melhor compreensão do controle na administração pública e seus desafios.

4 Análise das metodologias

As pesquisas aplicadas desempenham um papel importante, especialmente considerando os aspectos pragmáticos no âmbito da administração pública. Ao analisarem-se os artigos, nota-se uma predominância de pesquisas aplicadas:

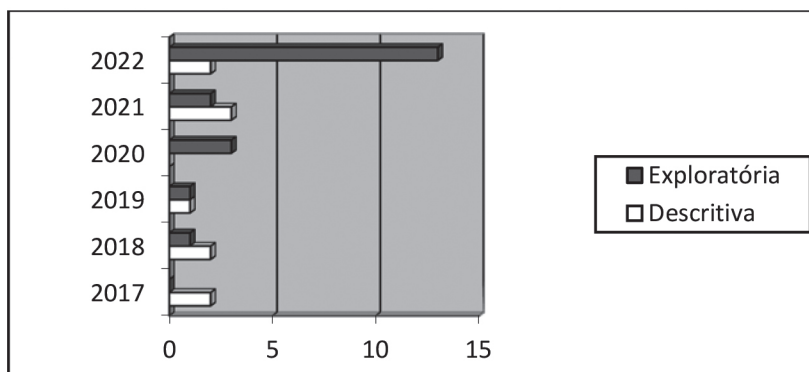
Gráfico 3 - Pesquisas básicas e aplicadas



Fonte: Elaboração dos autores.

As pesquisas exploratórias desempenham um papel importante, considerando os avanços em novos caminhos de pesquisa que contribuem para o controle na administração pública. Ao analisarem-se os artigos, observa-se o seguinte:

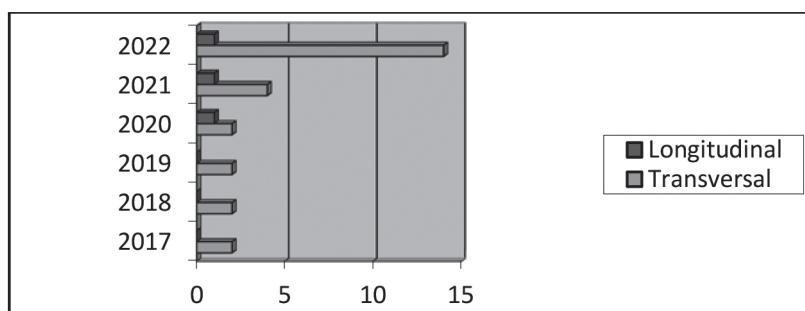
Gráfico 4 - Pesquisas exploratórias e descritivas.



Fonte: Elaboração dos autores.

Nos artigos analisados, observa-se que as pesquisas transversais são as mais recorrentes. No entanto, é importante ressaltar que pesquisas longitudinais têm o potencial de contribuir significativamente para uma compreensão mais abrangente dos dados ao longo do tempo.

Gráfico 5 - Pesquisas longitudinais e transversais



Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto às metodologias analisadas, classificadas em: 1) básicas e aplicadas; 2) descritivas e exploratórias; 3) transversais e longitudinais, temos o seguinte quadro:

Quadro 10 - Metodologias por grupo

		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grupo 1	Básica	1	1	0	1	2	3
	Aplicada	1	2	2	2	3	12
Grupo 2	Descritiva	2	2	1	0	3	2
	Exploratória	0	1	1	3	2	13
Grupo 3	Transversal	2	3	2	2	4	14
	Longitudinal	0	0	0	1	1	1

Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto aos procedimentos de pesquisa adotados, conforme já mencionado, nos artigos analisados, observa-se um maior número de pesquisas bibliográficas, entrevistas e estudos de casos. Vamos analisar mais detalhadamente:

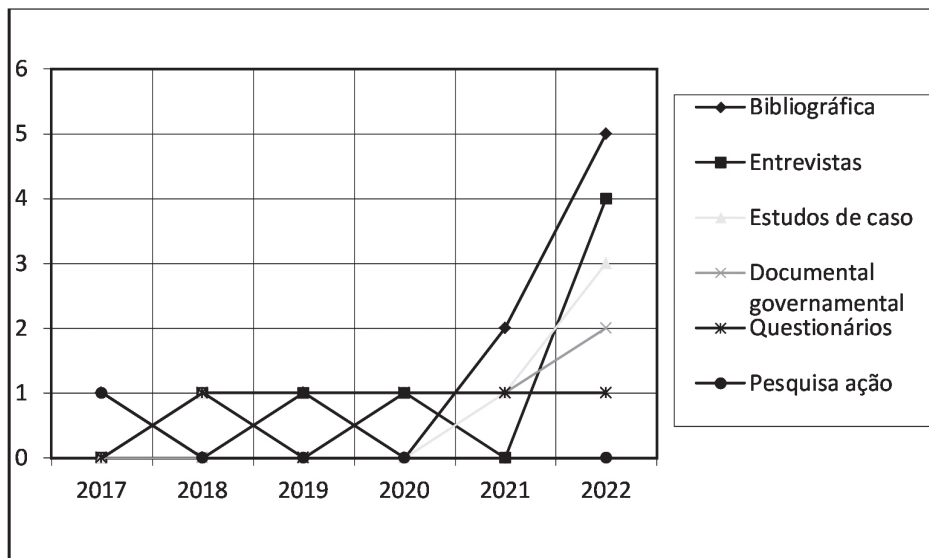
Quadro 11 - Formato metodológico

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Bibliográfica	1		1		2	5
Entrevistas		1	1	1		4
Estudos de caso		1			1	3
Documental governamental				1	1	2
Questionários		1		1	1	1
Pesquisa ação (etnográfica)	1					

Fonte: Elaboração dos autores.

Sugere-se que as pesquisas qualitativas sejam desenvolvidas com uma maior triangulação dos procedimentos metodológicos, incluindo a incorporação de dados governamentais disponíveis por meio da transparência dos órgãos públicos, que, no Brasil, vem sendo fortalecida por meio do Programa Nacional de Transparência Pública (ATRICON, 2023). Essa abordagem permite combinar diferentes fontes de informação e fortalece a validade dos resultados. O gráfico a seguir apresenta uma visualização mais clara dessa sugestão:

Gráfico 6 - Formatos metodológicos



Fonte: Elaboração dos autores.

Nota-se, nas pesquisas analisadas, um maior número de estudos de natureza aplicada e exploratória, enquanto observa-se um menor número de estudos transversais. Em relação aos procedimentos de pesquisa, destaca-se que as pesquisas analisadas são predominantemente de natureza bibliográfica, entrevistas e estudo de casos.

Quanto maior for a transparência dos órgãos públicos por meio da disponibilização de dados, maior será a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas na administração por meio da triangulação dos dados. Isso permite combinar diferentes fontes de informação e fortalecer a validade dos resultados obtidos.

5 Conclusão

A análise dos artigos qualitativos com H-Index selecionados, que contribuem para o avanço do controle na administração pública, é importante para examinar as contribuições científicas e as metodologias adotadas. A pesquisa realizada teve como objetivo fornecer uma visão das pesquisas qualitativas de impacto que contribuem para o campo do controle na administração.

As pesquisas analisadas foram agrupadas de acordo com sua forma de contribuição, visando classificá-las em três categorias distintas. O primeiro grupo refere-se às pesquisas que possuem uma contribuição direta para os órgãos

de controle, ouvidoria ou auditoria. O objetivo desse grupo é fornecer subsídios técnicos e informações relevantes para o aprimoramento dessas instituições.

O segundo grupo de pesquisas busca contribuir para um melhor conhecimento do cenário de fraudes ou crimes, buscando compreender as razões que levam à ocorrência desses eventos. Essas pesquisas têm como objetivo principal identificar padrões, tendências e fatores que possam estar relacionados a esses tipos de ocorrências.

Já o terceiro grupo de pesquisas visa contribuir para o fortalecimento da administração pública como um todo. Essas pesquisas buscam fornecer *insights* e informações que possam facilitar a identificação de mudanças necessárias ao atendimento do interesse público.

Cada um desses grupos de pesquisas busca contribuir de diferentes perspectivas, visando aprimorar o controle na administração pública e fornecer subsídios para o avanço dos setores de controle nos diversos órgãos governamentais.

Observou-se nos artigos analisados um maior número de pesquisas de natureza aplicada com objetivo exploratório. Além disso, constatou-se uma maior prevalência de pesquisas transversais em comparação às pesquisas longitudinais, que são menos frequentes. Quanto aos procedimentos metodológicos, identificou-se que as pesquisas analisadas são predominantemente de natureza bibliográfica, baseadas em entrevistas e estudos de caso. No caso dos estudos de caso, verificou-se que os estudos de caso únicos são mais utilizados em relação aos estudos de casos múltiplos, e não foram encontradas, nos artigos analisados, pesquisas que abrangem múltiplos países (*cross-country*).

Quanto aos procedimentos de pesquisa, nota-se a importância de realizar a triangulação dos dados, utilizando plataformas digitais como fonte de informações públicas. Esse processo se torna mais viável à medida que a transparência pública é intensificada, permitindo o acesso a dados governamentais. A utilização dessas plataformas e dados governamentais contribui para a ampliação das fontes de informação e fortalece a fundamentação dos resultados obtidos nas pesquisas na área da administração pública.

O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre pesquisas de alto impacto que contribuem para o controle na administração pública. Observa-se a necessidade de adotar uma maior variedade nos procedimentos de pesquisa, por meio da triangulação, principalmente com o uso de dados governamentais. A inclusão desses dados fortalece a fundamentação dos estudos e permite uma compreensão mais abrangente e precisa dos fenômenos relacionados ao controle nesse contexto.

Qualitative research contributing to administration control

Abstract: The objective of this research is to describe qualitative studies in high-impact publications that contribute to control in public administration. To achieve this, a contextualization of the journals is performed, followed by the presentation of research contributions through the grouping of articles and analysis of the adopted methodologies. The methodology is descriptive, based on the analysis of articles published between 2017 and 2022, with an average H-Index of 73. The articles are grouped according to their areas of contribution. A higher number of applied, exploratory, and cross-sectional studies are observed, with few significant changes in research procedures. The importance of triangulation with government data is emphasized. This work aims to analyze qualitative research with high impact in the field of control in public administration, with the goal of contributing to the advancement of control in this context, emphasizing its scientific contributions and methodologies.

Keywords: Control. Public Administration. Qualitative research.

Referências

ALSHAHRANI, Albandari; DENNEHY, Denis; MÄNTYMÄKI, Matti. An attention-based view of AI assimilation in public sector organizations: the case of Saudi Arabia. *Government Information Quarterly*, v. 39, n. 4, p. 101617, Oct. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2021.101617>

ALSHOUBAKI, Wa'ed; HARRIS, Michael. Striving for Protection: Whistleblowers in Jordan. *Sage Open*, v. 12, n. 2, abr. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/21582440221095023>.

ATRICON. *Programa Nacional de Transparência Pública*, 2023. Disponível em: <https://atricon.org.br/136944-2/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BENSON, Sandy; BURTON, Eric James. The Daunting Role of the Audit Committee: 21 actions to take before serving or while serving on an audit committee. *Journal Of Corporate Accounting & Finance*, v. 29, n. 2, p. 57-73, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/jcaf.22326>.

BOGUE, Russell C. Democratic Privacy. *Journal Of Applied Philosophy*, p. 1-23, 31 Oct. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/japp.12632>.

CRESSEY, D. R. Other people's money: A study in the social psychology of embezzlement. *Free Press*, 1953.

DÍAZ, Javier Miranzo; MARTINEZ, Agustí Cerrillo I; CALDÉS, Ramon Galindo; CARRANZA, Judith Castro. Corruption risk analysis in local public procurement: a look at the àrea metropolitana de Barcelona. *International Review Of Administrative Sciences*, 1 Nov 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/00208523221126860>.

ERIKSEN, Erik O. Three modes of administrative behaviour: differentiated policy implementation and the problem of legal certainty. *Journal Of European Public Policy*, p. 1-20, 18 Oct. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13501763.2022.2125047>.

ERLICH, Aaron; BERLINER, Daniel; PALMER-RUBIN, Brian; BAGOZZI, Benjamin E. Media Attention and Bureaucratic Responsiveness. *Journal Of Public Administration Research And Theory*, v. 31, n. 4, p. 687-703, 5 Febr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/jopart/muab001>.

FERRY, Laurence; RADCLIFFE, Vaughan S.; STECCOLINI, Ileana. The future of public audit. *Financial Accountability & Management*, v. 38, n. 3, p. 325-336, 11 Jul. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/faam.12339>.

FREY, Erin; BERNSTEIN, Ethan; REKENTHALER, Nick. Scarlet Letters: rehabilitation through transgression transparency and personal narrative control. *Administrative Science Quarterly*, 9 Aug. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/00018392221115154>.

GEKOSKI, Anna; ADLER, Joanna R; MCSWEENEY, Tim. Profiling the Fraudster: findings from a rapid evidence assessment. *Global Crime*, v. 23, n. 4, p. 422-442, 2 Oct. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/17440572.2022.2137670>.

HARTLEY, Jean; PARKER, Steven; BEASHEL, Jim. Leading and recognizing public value. *Public Administration*, v. 97, n. 2, p. 264-278, 7 Febr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/padm.12563>

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal Of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, Oct. 1976. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/0304-405x\(76\)90026-x](http://dx.doi.org/10.1016/0304-405x(76)90026-x).

JÖNSSON, Elin. Struggles for Regulatory Hardening: exploring swedish politics on corporate social responsibility. *The British Journal Of Criminology*, p. 1-15, 5 Nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/bjc/azac082>.

MADISON, J. The Federalist No. 51: The Structure of the Government Must Furnish the Proper Checks and Balances Between the Different Departments. In: HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J. (ed.). *The Federalist Papers*. New York: Bantam Dell, 1787.

MASTERS, Marick F.; GOEDDEKE, Frank; GIBNEY, Ray; VOLZ, William. Balancing Rights and Responsibilities in Remediating Union Corruption: the case of the United Auto Workers (UAW). *Employee Responsibilities And Rights Journal*, v. 34, n. 4, p. 385-411, 30 Sept. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10672-022-09423-4>.

MAULIDI, Ach; ANSELL, Jake. Tackling practical issues in fraud control: a practice-based study. *Journal Of Financial Crime*, v. 28, n. 2, p. 493-512, 26 Oct. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/jfc-07-2020-0150>.

MENDEZ, Carlos; PEGAN, Andreja; TRIGA, Vasiliki. Creating public value in regional policy. Bringing citizens back in. *Public Management Review*, p. 1-25, 17 Oct. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14719037.2022.2126880>.

MONTESQUIEU, C. de S.. *O espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

NAUMOVSKA, Ivana; LAVIE, Dovev. When an Industry Peer Is Accused of Financial Misconduct: stigma versus competition effects on non-accused firms. *Administrative Science Quarterly*, v. 66, n. 4, p. 1130-1172, 2 Jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/00018392211020662>.

NISKANEN, W. A. (1971). Bureaucracy and representative government. Aldine Transaction.
OELRICH, Sebastian. Intention without action? Differences between whistleblowing intention and behavior on corruption and fraud. *Business Ethics, The Environment & Responsibility*, v. 30, n. 3, p. 447-463, 31 Mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/beer.12337>.

PAANANEN, Soili; PUUSTINEN, Alisa; RAISIO, Harri; JALONEN, Harri. Embracing dynamic tensions: peacekeeping as a balancing act of complexity. *Public Administration Review*, v. 82, n. 6, p. 1168-1178, 3 Jul. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/puar.13535>.

PARIMAH, Feikoab; DAVOUR, Makafui Jonas; KWAKYE-NUAKO, Charlotte Omane; KENNETH, Owusu Ansah; ADADE, Abigail; ADIH, Prince. A snapshot of emotional harms caused by the litigation process – Qualitative data from Ghana. *Forensic Science International: Mind and Law*, v. 2, Nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.fsimpl.2021.100050>.

RADDER, Hans. Which Scientific Knowledge is a Common Good? *Social Epistemology*, v. 31, n. 5, p. 431-450, 18 Aug. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/02691728.2017.1353656>.

RUSTIARINI, Ni Wayan et al. Why people commit public procurement fraud? The fraud diamond view. *Journal Of Public Procurement, United Kingdom*, p. 1-18, Oct. 2019.

SALDANHA, Douglas Morgan Fullin; DIAS, Cleidson Nogueira; GUILLAUMON, Siegrid. Transparency and accountability in digital public services: learning from the Brazilian cases. *Government Information Quarterly*, v. 39, n. 2, Apr. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2022.101680.t>

SANTOS, Karine da Silva et al. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655-664, fev. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>.

SCHNEIDER, Anne L.; INGRAM, Helen M. Social Constructions, Anticipatory Feedback Strategies, and Deceptive Public Policy. *Policy Studies Journal*, v. 47, n. 2, p. 206-236, 17 Oct. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/psj.12281>.

SHEINGATE, Adam. Policy Regime Decay. *Policy Studies Journal*, v. 50, n. 1, p. 65-89, 28 Dec. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/psj.12420>.

TAYLOR, Jeannette. Internal Whistle-Blowing in the Public Service: a matter of trust. *Public Administration Review*, v. 78, n. 5, p. 717-726, May 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12946>

VALENTINE, Melissa A. Renegotiating Spheres of Obligation: the role of hierarchy in organizational learning. *Administrative Science Quarterly*, v. 63, n. 3, p. 570-606, 30 Jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0001839217718547>.

WINSVOLD, Marte; ZEINER, Hilde Hatleskog; STOKSTAD, Sigrid. Short- and long-term delegation: what are the effects on politician: sense of control? *Public Management Review*, p. 1-17, 6 Oct. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14719037.2021.1988271>.

YUSUF, Zulkarnain; NAWAWI, Anuar; SALIN, Ahmad Saiful Azlin Puteh. The effectiveness of payroll system in the public sector to prevent fraud. *Journal Of Financial Crime*, p. 1-16, Jun. 2020.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VILANDE, Tasso Jardel; GONÇALO, Cláudio Reis. Pesquisas qualitativas que contribuem para o controle da administração pública. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – RTCE/SC*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 165-186, maio/out. 2023. DOI: [10.52028/tce-sc.v01.i01.ART08.SC](https://doi.org/10.52028/tce-sc.v01.i01.ART08.SC).
